

“Monções: embarcações, tripulação, distâncias” de Afonso de Taunay; “A expedição do cônsul Langsdorff ao interior do Brasil” de Alfredo d’Escragnole Taunay (Visconde de Taunay), “O Barão de Caxias em Porto Feliz” de Benedito Pires de Almeida. Foram transcritos, ainda, muitos documentos e depoimentos de viajantes ilustres que em tempos diversos visitaram a cidade.

Infelizmente perderam-se as fontes históricas sobre Porto Feliz, privando o historiador de utilizá-las. Talvez existam documentos valiosos, deteriorados com o tempo, e escondidos inescrupulosamente por pessoas neles interessadas, mas ciosas do que possuem e incapazes de trabalhá-los. Ora, este patrimônio pertence a todos, precisa ser publicado para conhecimento das novas gerações. Urge, portanto, que alguém o pesquise para que se possa escrever a história definitiva de Porto Feliz.

Aqueles que desejarem conhecer os aspectos fundamentais da crônica porto-felicense devem ler este livro, cheio de informações valiosas, de aspecto gráfico muito bonito, fruto da dedicação e trabalho do professor Jonas Soares de Souza, que esperamos seja o ponto de partida para outros estudos de maior fôlego.

*

O GOVERNO DO MORGADO DE MATEUS EM SÃO PAULO

Maria Beatriz Nizza da Silva
(São Paulo, SP)

Para quem proclama a “crise da historiografia brasileira” (talvez porque desapareceram do panorama historiográfico atual as grandes “interpretações”, as obras abrangendo longos períodos e múltiplos assuntos), para quem desdenha do Plano Nacional de Pós-Graduação como incapaz de produzir obras relevantes, nada mais convincente do que ler o trabalho de Heloísa Liberalli Bellotto — **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo** — apresentado como tese de doutoramento em História na Universidade de São Paulo e só agora publicado graças à Secretaria de Estado da Cultura.

Este estudo de Heloísa Bellotto pode ser colocado, pela seriedade da pesquisa e pela riqueza e variedade da documentação, ao lado das obras dos brasilianistas mais notáveis no que se refere ao Brasil colonial, como Stuart B. Schwartz ou Kenneth Maxwell. O que destrói o mito que circula nos meios universitários brasileiros de que os historiadores norte-americanos dispõem de condições de pesquisa e de bolsas de estudos que lhes permitem realizar estudos mais sofisticados, ao passo que o historiador brasileiro luta com a falta de recursos e de tempo. Ora, esta análise dos dez anos de governo do Morgado de Mateus na Capitania de

São Paulo mostra, de maneira convincente, que se pode ser “brasilianista” no Brasil, desde que se trabalhe e se despenda o esforço suficiente para reunir e ler a volumosa documentação manuscrita dos arquivos nacionais e estrangeiros.

Correndo o risco de ser considerada uma historiadora “empírica”, “fatal”, “positivista”, Heloísa Bellotto, tal como os seus colegas norte-americanos, faz um relato de eventos, uma descrição de ações, mas sempre procurando relacionar as várias estruturas de poder (governo metropolitano, governo colonial geral, governo local, autoridade municipal) e, o que é mais importante, medir a distância entre a ordem e a execução, entre os objetivos políticos declarados explicitamente e as medidas destinadas a concretizá-los. Trata-se, afinal de contas, apesar da sua modéstia e despreensão teórica, de uma análise das várias instâncias de poder, de uma comparação entre intenções e ações, de uma avaliação comparativa de ideologias e eventos. Essa constante confrontação entre as palavras e os atos adquire maior relevo no capítulo em que a autora analisa as instruções redigidas por Pombal, destinando-se umas ao futuro governador da Capitania de São Paulo, e dirigindo-se outras ao Vice-rei do Brasil: “A importância e a atenção que merecem advêm do fato de englobarem as diretrizes oficiais para a Capitania, exprimindo as preocupações maiores do momento. Seu estudo serve ainda para constatar se, durante a gestão de D. Luís Antônio, aquelas instruções foram acatadas e fielmente cumpridas, se o foram em parte, ou foram ignoradas, dando-nos, assim, informações de interesse para as condições reais da administração colonial da época” (p. 70).

Numa primeira parte do livro, a autora fornece os dados necessários à montagem subsequente da obra: o que tinha sido a Capitania de São Paulo até o momento em que fora restabelecida (1765); qual a origem social e a preparação administrativa do governador; quais as diretrizes do seu governo. Na segunda parte vemos o administrador colonial em ação: expansão territorial, criação de povoações, recuperação econômica, militarização da Capitania. Na terceira parte aponta-se a ruptura com o governo metropolitano até ao afastamento do governador em 1775. Nos últimos capítulos mostra-se por um lado a imagem que o governador construiu para o seu sucessor do que tinham sido os seus dez anos de governo, assim como a destruição desta imagem pelo governador seguinte, logomaquia que sempre se repetia a cada mudança de governo. Assim como se descreve a luta do administrador colonial para recuperar o prestígio político e justificar a sua administração.

Há que ressaltar e que elogiar nesta edição o cuidado com a iconografia, em geral tão desprezada nas edições comerciais da produção historiográfica brasileira. Mapas, plantas, desenhos, descobertos sobretudo no Arquivo Histórico do Itamarati, no Arquivo Histórico Ultramarino de

Lisboa e no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, ilustram este estudo, permitindo visualizar a ocupação do território paulista no século XVIII.

(Do Suplemento Cultural de "O Estado de S. Paulo", nº 175, 9 de março de 1980.)

*

PSICOLOGIA DAS DEMOCRACIAS E DAS DIDATURAS

João Batista Pinheiro Cabral
(Brasília, DF)

O Professor Zevedei Barbu exerceu diversas atividades funcionais e intelectuais em seu país de nascimento, a Romênia. Nos anos da juventude, antes da Segunda Guerra Mundial, viajou pela Europa e freqüentou os melhores ambientes acadêmicos do continente. Após as vicissitudes da Guerra, quando exercia atividades diplomáticas na Legação Romana em Londres, resolveu, depois de meditar profundamente, tomar a decisão de viver no Ocidente em caráter definitivo. Radicou-se na Inglaterra e tornou-se profissional do ensino de Sociologia. Lecionou inicialmente na Universidade de Glasgow, na Escócia, e depois na Universidade de Sussex, em Brighton. Atualmente o Professor Barbu leciona no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília.

Como sociólogo profissional, Zevedei Barbu estuda em seu trabalho, **Democracy and Dictatorship: Their Psychology and Patterns of Life**, (New York, Grove Press, 1956.), os conceitos Democracia e Ditadura, a partir das perspectivas sociológica e psicológica, usando o conceito de padrão ou tipo de vida, como meio de combinar uma análise da estrutura político-social com um estudo de comportamento social e de personalidade.

Na opinião de Barbu, a distinção essencial entre Democracia e Ditadura reside no fato de esses sistemas encararem de modo diferente os fenômenos das mudanças sociais. Democracia e Totalitarismo reagem à fluidez social, que caracteriza a sociedade moderna, de modo totalmente diverso. Os sistemas democráticos caracterizam-se pela existência de estruturas políticas e sociais bastante flexíveis, o que lhes possibilita a assimilação de mudanças sem transtorno ou receio. Psicologicamente isto se reflete no predomínio, entre os elementos das sociedades democráticas, do império da razão e da inteligência, que são duas das funções que permitem aos indivíduos alcançarem "ordem nas mudanças e a manutenção da unidade com variedade". Assim sendo, o impacto da modernização sobre os valores e instituições tradicionais é amaciado, ou contrabalançado, pela existência (nessas sociedades democráticas) de um